

FORMAÇÃO CONTINUADA E EQUIPE INTERDISCIPLINAR ENVOLVIDA COM AÇÕES QUE FOCAM O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Nilsen Aparecida Vieira Marcondes
Assistente Social mestranda do curso Desenvolvimento Humano: Formação,
políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
nilsenmarcondes@gmail.com

Maria Aparecida Campos Diniz de Castro
Profª Dra. do Programa de Mestrado Acadêmico e
Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e
Práticas Sociais da Universidade de Taubaté/SP
nenacdiniz@gmail.com

Resumo

O vínculo entre formação continuada e desenvolvimento humano é realidade palpável e promotora de inúmeros benefícios que enriquecessem tanto as ações daqueles que promovem a intervenção quanto o processo de desenvolvimento dos destinatários de tais ações. Diante disso, objetiva-se com este estudo analisar a importância da formação continuada para os profissionais que compõem uma equipe interdisciplinar e que estão envolvidos com ações que focam o desenvolvimento humano. Esta abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, demonstra que os conhecimentos adquiridos e continuamente reciclados direcionam os caminhos pelos quais a intervenção da equipe interdisciplinar irá trilhar na superação da característica de fragmentação e pulverização que suas práticas podem eventualmente assumir.

Palavras-chave: Formação Continuada. Interdisciplinaridade. Desenvolvimento Humano.

Abstract

The link between continued background and human development is palpable reality and promoter of numerous benefits that enrich both the actions of those promoting the intervention and the development process of the recipients of such actions. Given this, objectives with this study to analyze the importance of continued background for professionals that make up an interdisciplinary team and are involved in activities that focus on human development. This qualitative, exploratory and literature, demonstrates that the knowledge acquired and continuously recycled direct the ways in which the intervention of the interdisciplinary team will walk in the overcoming of fragmentation and spray feature that can eventually take over their practices.

Keywords: Continued Background. Interdisciplinarity. Human Development

Introdução

Ao se tratar de formação continuada, cabe destacar a importância de se compreender o conhecimento como algo coletivamente construído e historicamente determinado. Portanto, discorrer sobre formação continuada significa debruçar-se sobre realidades amplas constituídas por uma diversidade e uma heterogeneidade de aspectos.

Quanto à discussão de temáticas que envolvem a pessoa humana em desenvolvimento, verifica-se não ser tarefa fácil porque o objeto observado é o próprio homem, o “protagonista do conhecimento e da ação”, para usar uma expressão de Pereira (1990, p. 66). E isso faz diferença porque o “objeto de investigação não é o [...] dado bruto da natureza ou do raciocínio e tampouco passível de certa ‘manipulação’. Seu objeto de investigação é ao mesmo tempo *sujeito*” (ibidem, p. 58, grifos do autor).

O vínculo entre formação continuada e desenvolvimento humano é realidade palpável e promotora de inúmeros benefícios que enriquecessem tanto as ações daqueles que promovem a intervenção quanto o processo de desenvolvimento dos destinatários de tais ações. Sabe-se que toda e qualquer realidade que emerge do cotidiano profissional quanto do contexto da pessoa desenvolve está intrinsecamente relacionada com a estrutura histórica na qual a realidade está inserida, e nesse aspecto a necessidade e a importância da formação continuada se faz presente.

Portanto ao se pensar em desenvolvimento humano não se pode desconsiderar o auspício dessa aparente contradição representada pela presença da universalidade e da individualidade imperando nos mais diversos ambientes e contextos. E à proporção que se reconhece essa aparente contradição imanente da vida humana e busca-se construir caminhos que promovam o desenvolvimento humano, mais distante da realidade solipsista se consegue estar.

Nesta direção, é relevante considerar também que o dinamismo da sociedade determina novas necessidades de formação continuada para os profissionais que focam seu trabalho na direção do desenvolvimento humano. Além do que, a própria pessoa humana também sofrer modificações, atualizando-se junto com a sociedade, pois esta última representa seu espaço privilegiado de ação.

O desenvolvimento humano é considerado como um sistema aberto por isso as ciências isoladamente não conseguem dar conta de estudá-lo. O construto do desenvolvimento humano transita pela interdisciplinaridade. Basta pensar que somente do ponto de vista biológico já é possível constatar inúmeras diferenciações que reforçam

que ontogeneticamente existem diferenças, por exemplo, existem as pessoas altas e as baixas, loiras e morenas, uns podem ser acometidos por problemas neurológicos, outros por problemas ósseos enfim. E ainda esses elementos podem ser ocasionados por diferentes variáveis como situações de risco, estresse, fatores genéticos, ambientes onde se vive entre outros.

Os subsistemas considerados somente do ponto de vista biológico já são inúmeros por isso não é possível buscar uma única causa ou ainda considerar somente um único aspecto quando se está em volto com a questão do estudo sobre o desenvolvimento humano. E ainda sem falar na influência que os contextos como família, escola, trabalho, grupo de iguais, comunidade, cidade, estado, país podem exercer também neste desenvolvimento.

Portanto não são necessários muitos exemplos para se ter a plena certeza do quanto a pessoa humana é influenciada por uma infinidade de elementos durante seu processo de desenvolvimento por isso pensar que somente uma única ciência ou uma única especialidade profissional poderá dar conta desse estudo é ser acometido por uma grande inocência teórico-prática.

Dar conta da análise de sistemas tão amplos é praticamente impossível quando se pensa somente nas ferramentas teórico-metodológicas que as formações específicas conferem aos respectivos profissionais individualmente. Precisa-se de outras áreas do conhecimento para melhor compreensão do desenvolvimento.

Assim sendo, já se evidencia logo de imediato o quanto o tema do desenvolvimento humano está intimamente ligado à questão da interdisciplinaridade. Minimamente é necessário mais de um profissional e evidentemente de formação distinta para se enveredar pelos caminhos do estudo do desenvolvimento. E como este desenvolvimento humano não é algo estático, pronto e acabado, pelo contrário como já bem dizia Paulo Freire (1994, p. 42) ao colocar que quanto aos homens “os reconhece como seres que *estão sendo*, como seres inacabados, inconclusos, *em e com* uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada ”(grifos do autor), a formação continuada da equipe interdisciplinar envolvida com estudos do desenvolvimento se faz necessária de maneira inescusável.

Por conseguinte, bastam estas poucas assertivas para reforçar o quanto a capacitação profissional para a equipe interdisciplinar é imprescindível, além de fornecer subsídios para que tais profissionais possam desempenhar continuamente sua função de promotores de intervenções cada vez mais conseqüentes e mais próximas do

desenvolvimento humano. A formação continuada possui potencial para minimizar os efeitos de uma eventual fragmentação ou pulverização de ações executadas por profissionais de formação distinta que trazem como consequência o retardo do processo histórico e coletivo de desenvolvimento da pessoa humana.

E ainda, como a equipe interdisciplinar se vê envolvida numa realidade dinâmica em contínua transformação, falar em formação continuada significa considerar os diferentes momentos históricos e o movimento das diversas forças que incidem sobre a atuação prática cotidiana destes profissionais.

Considera-se também importante ressaltar que o desenvolvimento humano em destaque neste estudo não se refere unicamente ao aspecto cognitivo o qual é privilegiado no ambiente escolar. Intenciona-se, portanto, com essa reflexão considerar outros contextos conforme já citados como família, trabalho, grupo de iguais, comunidade, sociedade enfim como potencializadores do desenvolvimento humano em seu aspecto mais amplo, no qual a cognição aparece como uma parte deste todo.

Agora em se tratando da metodologia, esta pesquisa se apresenta quanto à forma de abordagem da temática, como qualitativa. Segundo, MORESI (2003, p. 8-9):

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Do ponto de vista de seus objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. Exploratória porque o primeiro passo para conhecimento daquilo que se queria abordar foi buscar auxílio de autores que acumularam e sistematizaram conhecimentos a respeito das questões ora tratadas. E descritiva porque se intencionou expor os resultados da sondagem realizada sobre os assuntos (MORESI, 2003, p. 9).

Com relação aos procedimentos técnicos, este estudo é considerado como bibliográfico, pois foi orientado pela análise de obras de alguns autores que tratam a questão do desenvolvimento humano, da interdisciplinaridade, bem como da formação continuada.

O primeiro contato com as obras e autores citados nesta pesquisa foi realizado durante as atividades (exposições dialogadas, estudos de artigos e discussões estruturadas em grupos) junto ao Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (UNITAU) no estado de São Paulo, em nível de aulas ministradas, durante o ano de 2011, em disciplinas dirigidas pelas professoras doutoras Edna Maria Querido de Oliveira Chamon, Maria Aparecida Campos Diniz de Castro, Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão, e professora mestre Nilde Ferreira Balcão. Portanto, foram esses estudos que deram origem ao artigo ora apresentado.

Desenvolvimento humano: buscando compreensões

Considera-se que alguns autores tornaram-se referências para o delineamento da reflexão que se procura focar neste artigo. A ênfase dada aos estudos sobre o desenvolvimento humano para além da formação exclusiva da cognição apresenta-se como um desafio. O resultado deste estudo demonstrou uma diversidade de posições a partir das considerações dos pressupostos históricos em que tais reflexões foram construídas. E é importante considerar isso porque “os modelos de estudo do desenvolvimento evoluem em função dos conhecimentos que se produz” (CHAMON, 2011).

Além disso, verificou-se também a existência de uma articulação de ideias e mesmo complementação de outras entre alguns autores. E essa constatação foi buscada propositalmente na medida em que a lente que orienta este estudo visa colocar em relevo uma focagem interdisciplinar, por isso a intenção de estudar o desenvolvimento humano não partiu da busca por reflexões que privilegiassem ambientes isolados.

Os autores que se dedicaram e se dedicam aos estudos do desenvolvimento contribuíram cada um a seu modo de forma muito especial, para avanço das reflexões sobre o assunto, materializando o arcabouço teórico que se tem na atualidade. Esses estudos possibilitam que diversas teorias coabitem no mundo das ciências suprimindo uma possível tendência que possa afirmar como certo ou como errado este ou aquele pensamento. Existem linhas de pensamentos complementares ou quando muito contraditórias, mas não certas ou erradas (CHAMON, 2011).

Na tentativa de considerar estes contextos como realidades articuladas umas as outras, não se pretendeu elaborar um percurso analítico exaustivo, o que foge do

objetivo deste artigo, mas sinalizar aquilo que se considera como mais relevante nas falas de alguns autores bem como seu imbricamento com as demais reflexões construídas.

Assim sendo, apresenta-se na sequencia algumas considerações sobre a questão do desenvolvimento humano contextualizado em contextos distintos. Dito isso, cita-se como primeiro autor de referência Bronfenbrenner (2002) que considera que

O desenvolvimento humano inclui a busca de princípios que governam a maneira pela qual os processos de comportamento e desenvolvimento são instigados e alterados pelos meio ambientes em que ocorrem, então são necessárias concepções e estratégias mais integrativas. Os sistemas conceituais da ciência desenvolvimental precisam abranger as propriedades gerais dos ambientes, assim como das pessoas e comportamentos; eles também precisam considerar a interação entre a pessoa e a situação como afetando os resultados comportamentais (BRONFENBRENNER, 2002, p. 102).

Ainda segundo o mesmo autor, a vida humana é regida por vetores imediatos e remotos porque “tanto o ambiente imediato quanto o meio ambiente mais remoto, são especialmente importantes como influências sobre as manifestações do desenvolvimento” (BRONFENBRENNER, 2002, p. 45).

Segundo Bronfen, o desenvolvimento ocorre em estágios e ainda que se encontram em construção. Para ele o epigenético não assume tanta influencia no desenvolvimento quanto o contexto. Este mesmo contexto, aliado às interações estabelecidas é que irão influenciar no desenvolvimento. E a defesa dessa argumentação é que permitiu a construção de uma teoria com acentuadas características contextualista e interacionista. Para o autor, muitas realidades interferem no desenvolvimento humano, podendo ser de ordem positiva ou negativa, entretanto a ênfase do estudo nesta teoria recai na investigação dos aspectos que influenciam positivamente no desenvolvimento. A focalização e o estudo do ambiente em que a pessoa se encontra ganham destaque para Bronfen que considera que os recursos do ambiente propiciam o desenvolvimento enquanto outros o levam a alavancar (BRONFENBRENNER, 2002; LEÃO, 2011;).

A observação, enquanto instrumental de coleta de dados, se constitui como elemento fundamental neste referencial teórico e ainda sua utilização requer conviver, permanecendo por certo período de tempo no ambiente que se propõe avaliar. Evidentemente, apesar de importante, a observação pode e deve ser atrelada a outras técnicas de coleta de dados (CASTRO, 2011; LEÃO, 2011).

Respaldados pela Teoria de Bronfen, os estudiosos do desenvolvimento são levados a analisar a pessoa desenvolvente de uma forma mais ampliada, portanto considerando mais de um contexto no qual esteja inserida. Nesta direção, indica-se a utilização de no mínimo dois ambientes para estudo porque a observação da pessoa desenvolvente em somente um contexto pode empobrecer a avaliação (LEÃO, 2011).

Os ambientes primários mais universais e potentes nas sociedades humanas são, naturalmente a família e o local de trabalho [...] um terceiro ambiente importante é o grupo de iguais, embora seu caráter instável e de curta duração limite seu impacto à extensão em que outros ambientes mais permanentes continuam sendo uma parte proeminente da vida da pessoa (BRONFENBRENNER, 2002, p. 218).

Conforme esclarece Leão (2011), em estudos do desenvolvimento há de se considerar também os padrões normativos e não normativos de mudanças. Entendendo como normativo tudo o que se espera ocorrer durante certo período de desenvolvimento de uma determinada pessoa, como por exemplo, manifestações físicas no crescimento. Quanto ao não normativo considera-se, por exemplo, situações de violência, um acidente, uma morte inesperada, o ganhar na loteria, o passar no vestibular enfim situações diversas que podem acontecer no interior da família ou no interior de qualquer outro ambiente no qual a pessoa desenvolvente se encontra inserida. Os impactos normativos e não normativos igualmente influenciam no desenvolvimento, com isso compreende-se o quanto o desenvolvimento significa o resultado direto da interação pessoa e ambiente.

Acrescenta-se ainda o fato de que um mesmo fator pode influenciar de maneira diferente pessoas distintas, conforme muito bem elucidada Leão (2011) numa expressão sintética e exemplificadora “o calor pode derreter a manteiga, mas também endurecer o ovo”. Por exemplo, um mesmo ambiente acadêmico e um mesmo professor orientador podem influenciar na construção da identidade profissional dos mestrands enquanto futuros pesquisadores de forma diferenciada dependendo das interações ocorridas neste contexto.

Portanto, se considera de suma importância estudar o desenvolvimento humano considerando-o inserido dentro de um processo. E este processo remete à questão do tempo, considerado como imprescindível porque segundo Bronfen (2002) o tempo influencia sobremaneira o comportamento humano, sendo que os aspectos sócio-

históricos encontram-se inseridos dentro do tempo influenciando também o desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2002, p. 197).

Em se tratando dos aspectos sócio-históricos, se é levado a atentar-se também ao contexto macro que igualmente influencia no desenvolvimento humano, sendo formado justamente por todos os demais ambientes no qual a pessoa se insere e representado pelas “formas de organização social, sistema de crenças e estilos de vida prevalentes numa determinada cultura” (BRONFENBRENNER, 2002, p. 221). E ainda o mesmo autor reforça que o ambiente macro possui “padrões consistentes de organização e comportamento [que] encontram apoio em valores geralmente mantidos pelos membros de uma dada cultura” (ibidem, p. 197). Este ambiente mais amplo também “sofre um processo de desenvolvimento e, ao fazê-lo, empresta movimento a todos os seus sistemas compostos, até o nível da pessoa” (ibidem, 2002, p. 202).

Não obstante valor destes contextos, no qual a pessoa desenvolve se encontra, há de se considerar também a importância da emergência dos processos proximais que se estabelecem no interior destes contextos, quais sejam as interações estabelecidas. “Sempre que uma pessoa em um ambiente presta atenção às atividades de uma outra pessoa, ou delas participa, existe uma relação” (ibidem, p. 46). E a partir do estabelecimento das primeiras interações, outras surgirão em um contínuo crescimento em termos de complexidade e quantidade (ibidem, p. 46) levando ao desenvolvimento humano.

Segundo Bronfen (2002), estas interações devem ser reconhecidas como de grande relevância no processo de desenvolvimento humano, principalmente quando consideradas como significantes, ou seja, quando se estabelece no contexto uma “relação afetiva” (p. 48). As interações significativas a partir do ponto de vista dos envolvidos, independente do tempo de duração, contribuem para alcance do desenvolvimento (p. 37-38, 44).

Ao se referir ao contexto educacional, Chamon (2011) coloca que estabelecimento de relações pautadas na afetividade somadas ao investimento na formação da cognição contribui para alcance do desenvolvimento humano de forma ampliada, pois permite considerar a pessoa desenvolve como ser completo e não fragmentado. E ainda a autora complementa sinalizando que o estabelecimento da afetividade contribui para a superação de fases presentes no processo de desenvolvimento representado por momentos de crises, sendo que estas últimas neste contexto se transformam em molas impulsionadoras para saídas destas situações. Não

obstante inúmeros desafios “que a educação deve se defrontar – o analfabetismo, a evasão escolar, a educação de jovens e adultos etc. – a questão da relação entre cognição e afetividade [...] sem dúvida, constitui um ponto focal da agenda educativa” (FERREIRA e ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 22).

Para Chamon (2011), no contexto educacional é necessário potencializar não somente o raciocínio lógico, mas também valorizar o sentimento da pessoa em desenvolvimento numa constante busca da relação integral, destacando igualmente a importância do educando. E não somente do educando, mas também do educador, pois ambos se vêm envolvidos neste processo de desenvolvimento. O ambiente escolar, além de demarcar presença de destaque “enquanto fator de formação e de socialização [é considerado também] como importante fonte de apoio social e afetivo” (AMPARO et al., 2008, p. 71).

O conjunto funcional que destaca ora a presença da afetividade ora da cognição se intercalam nos processos interativos. Em cada fase da vida humana, há o predomínio de um conjunto funcional e a integração desses conjuntos funcionais é o que permite o desenvolvimento humano. “Por isso não se pode somente ensinar, mediar, orientar e facilitar o processo de aprendizagem, deve-se também buscar a formação integral, holística” (CHAMON, 2011).

A presença viva da afetividade no cenário educacional é uma presença que não se pode mais ignorar, pois a experiência indica que o afeto influencia as relações e os processos de aprendizagem, requerendo visões inclusivas e capazes de resgatar a dimensão de cuidado necessário ao processo educativo. A escola como um lugar privilegiado para formação exclusiva da cognição tem encontrado desafios antes não imaginados, pois em que pesem as tentativas de impedir o surgimento dos afetos no ato educativo, a sua presença aparece nas atividades propostas, nas relações que são estabelecidas, nos ditos e não ditos que povoam o imaginário escolar, convidando-nos a continuarmos refletindo e repensando o seu lugar [lugar do afeto] nos processos formativos (FERREIRA e ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 24).

“A análise do contexto escolar e seu papel no desenvolvimento social e afetivo das pessoas tem sido um tema muito polêmico” (AMPARO et al., 2008, p. 72). Todavia, a ênfase na questão da afetividade dentro do ambiente educacional, ao se tratar de interações estabelecidas, contribui para identificação do professor como aquele que conduz o outro. Considera-se também que por meio do cognitivo é possível estruturar o afeto na medida em que a pessoa desenvolve é incentivada a escrever sobre seus sentimentos. E na medida em que tal afetividade é desconsiderada, “isso pode levar a

uma restrição cognitiva que não elimina a possibilidade de desenvolvimento, mas pode dificultá-lo ou torná-lo lento” (CHAMON, 2011).

Uma educação comprometida com uma agenda reflexiva busca ampliar e resgatar os fundamentos da razão formativa, a saber: a humanização. Isso implica novos desafios para a educação e para a escola. Dentre eles podemos incluir o questionamento acerca do lugar da afetividade e suas relações com a cognição no campo educacional (FERREIRA e ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p. 23).

Em diversos outros contextos que não somente o da educação, como por exemplo, no ambiente familiar, de trabalho e mesmo no grupo de iguais, verifica-se que, o desenvolvimento humano não é linear e contínuo, e neles Bronfenbrenner (2002, p. 48) também destaca a questão da afetividade como contributo para alcance do desenvolvimento. Chamon (2011) reforça a importância das interações em todos os demais contextos potencializadores de desenvolvimento ao colocar que “nós somos moléculas e energia, ligados uns aos outros como numa teia”, portanto independente do ambiente em que a pessoa desenvolve se encontra, ela poderá ao longo de sua trajetória, tecer relações sociais e teias sólidas de reciprocidade.

A construção de laços sólidos e coesos, fundamentados nas relações pautadas pela afetividade, certamente contribuem para um caminhar rumo ao desenvolvimento saudável (AMPARO et al., 2008, p. 72, 79, 82; CASTRO, 2011; DESSEN e POLÔNIA, 2007, p. 24-26; LEÃO, 2011). Nesta direção, as interações afetivas, estruturadas e consolidadas tanto ambiente escolar quanto na ambiência familiar “permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos” (DESSSEN e POLÔNIA, 2007, p. 27).

Na trajetória do desenvolvimento com a chegada inevitável dos períodos de crises, pois eles são inerentes a este processo, as interações pautadas na afetividade fortalecerão a pessoa desenvolve para que possa compreender que perdas e ganhos, sucessos e insucessos, avanços e recuos também se configuram como impactantes no desenvolvimento saudável, desmistificando a idéia de que desenvolvimento somente ocorre com ganhos, com ascensão e com ações direcionadas numa única direção (CASTRO, 2011; LEÃO, 2011).

Em se tratando do contexto macro, histórico e concreto, debruçar-se sobre estudos do desenvolvimento, levando em consideração este ambiente societário, requer a construção de conhecimentos acerca da dinâmica do sistema capitalista no interior da

nação brasileira, bem como dos direitos de cidadania enquanto possibilitadores de desenvolvimento humano (BALCÃO, 2011).

No Brasil, uma das raízes da desigualdade foi gerada no solo da antidemocrática revolução burguesa aqui ocorrida. A classe dominante brasileira no passado remoto e no presente sempre reagiu às pressões que recebiam por parte dos segmentos populacionais considerados mais vulneráveis da sociedade, ao mesmo tempo em que “incorporam demandas populares, alimentando uma ‘democracia restrita’: da democracia dos oligarcas à democracia do grande capital” (IAMAMOTO, 2011, p. 38, 131, grifo da autora).

Aquilo que é específico da história do liberalismo no Brasil, “faz com que as idéias de universalismo, de liberdade do trabalho, de igualdade perante a lei coexistam [...] com a escravatura, o arbítrio e o favor”. Existe um predomínio do interesse privado que se apresenta como “medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social, terreno favorável ao neoliberalismo” (IAMAMOTO, 2011, p. 38).

A herança histórica colonial e patrimonialista é muito marcante no Brasil, aqui tudo aquilo que foi ocorrendo de novo surgia pela mediação do passado. O país entra na divisão internacional do trabalho, carregando sua história de formação social, conferindo uma característica toda própria à organização da produção, às relações entre o Estado e a sociedade, com reflexos diretos no contexto político e cultural da sociedade brasileira. As desigualdades que já existiam no país e que permaneceram estão presentes na economia, na política e na cultura, redimensionando o legado histórico e o presente, de forma a selar o processo de mudanças dentro de um ritmo peculiar (ibidem, p. 128-129).

Transitam nesse contexto as noções de direitos civis, políticos e sociais, enquanto direitos de cidadania (CARVALHO, 2011, p. 9; MARSHALL, 2002, p.63). Direitos civis são aqueles que se referem a realidades axiológicas porque dizem respeito aos direitos fundamentais à vida humana, à liberdade individual, à propriedade e à igualdade perante a lei. Materializam-se na liberdade de poder ir e vir, de expressar pensamentos e fé religiosa, de comunicar-se por meio da imprensa, de optar pelo trabalho que melhor contemple suas habilidades e vocação, de organizar-se por meio de grupos, associações, sindicatos enfim, de salvaguardar sua vida privada impedindo violação do seu lar, da sua correspondência, da sua honra e reputação, de ser considerado inocente e não sofrer reclusão exceto quando sua culpabilidade seja

provada por órgão competente em consonância com as leis vigentes, de ser atendido pela via de audiências justas, públicas e acessíveis financeiramente, de não sofrer tortura e demais ações pertinentes (BALCÃO, 2011; CARVALHO, 2011, p. 9; DECLARAÇÃO..., 1998, p. 1-5; MARSHALL, 2002, p.63).

Direitos políticos são representados pela possibilidade de se participar do exercício do poder político seja como eleitor ou como candidato de determinado organismo. Portanto, tal direito permite que a pessoa faça parte do governo de seu país seja pela forma direta ou por meio da escolha de seus representantes. Concretamente é colocado em prática pela via da organização de partidos políticos, pelo ato de poder votar e ser votado (BALCÃO, 2011; CARVALHO, 2011, p. 9-10; DECLARAÇÃO..., 1998, p. 4; MARSHALL, 2002, p. 63).

Direitos sociais dizem respeito às realidades que proporcionam um mínimo de bem estar sócio-econômico ao cidadão, garantindo-lhe uma vida digna. São eles: direito a saúde, educação, assistência social, ao trabalho, a habitação, segurança, ao lazer enfim (BALCÃO, 2011; CARVALHO, 2011, p. 10; DECLARAÇÃO..., 1998, p. 3-4; MARSHALL, 2002, p. 63-64). Portanto, “direitos civis garantem a vida em sociedade, [...] direitos políticos [...] a participação no governo da sociedade [e] os direitos sociais [...] a participação na riqueza coletiva” (CARVALHO, 2011, p. 10).

A alternância entre o justificar da expropriação dos direitos devidos a coletividade brasileira e a luta pelo resgate dos mesmos se faz sentir numa contínua batalha entre a classe burguesa centralizadora e conservadora e os profissionais em geral que se comprometem com a busca da justiça social e com o desenvolvimento humano dos membros da nação. A base de fundamentação e constatação dessa realidade encontra-se no percurso que a legislação brasileira foi assumindo desde seu nascimento até os dias atuais (BALCÃO, 2011).

A sociedade brasileira, como qualquer outra sociedade capitalista é regida por interesses privados e coletivos. Castel (1997, p.19) faz uma interessante análise sobre aqueles que se apresentam distantes do acesso aos direitos básicos de cidadania estando, portanto excluídos. Segundo o autor a simples repetência da palavra exclusão “oculta a necessidade de analisar positivamente no que consiste a ausência [ou seja, distância do acesso]. Isto por uma razão de fundo: *os traços constitutivos essenciais das situações de ‘exclusão’ não se encontram nas situações em si mesmas* ” (CASTEL, 1997, p.19, grifos do autor). A busca pelo desenvolvimento humano, bem como sua análise implica

necessariamente na compreensão de que não se pode “autonomizar situações limites que só tem sentido quando colocadas num processo” (ibidem, p. 19).

Urge na sociedade atual, a necessidade de investimento em formação continuada que permita a equipe interdisciplinar combater a exclusão e caminhar rumo ao desenvolvimento humano, ou seja, “esforçando-se em intervir, sobretudo em fatores de desregulação da sociedade salarial, no coração mesmo dos processos da produção e da distribuição das riquezas sociais”. Na história da sociedade brasileira, não obstante dificuldades houve abertura e reconhecimento das “demandas populares [... onde] a negociação já se torna factível no lugar em que antes apenas existia a violência [...]” (CASTEL, 1997, p. 46).

Esta assertiva é reforçada pela autora Iamamoto (2011) ao afirmar que a história da democracia no Brasil demonstra sua fragilidade, com isso o Estado se fortalecia enquanto que a sociedade civil permanecia cada vez mais subalterna. Apesar do Estado se utilizar de instrumentos coercitivos que restringiam a participação política e o exercício da cidadania, a classe majoritária da população residente no campo e na cidade nunca deixou de reivindicar, protestar e lutar por melhores condições de vida (p. 134-135).

Portanto, apesar do “caminho na direção de uma sociedade mais igualitária e democrática” ser penoso e evidenciar que “as conquistas se fazem com dificuldades [...]” é “pelo ângulo dessa sociedade civil atuante que é possível entrever horizontes possíveis para [alcance de] uma utopia democrática” (TELLES, 2001, p. 53). A análise a ser empreendida no contexto do desenvolvimento humano, deve se pautar no “olhar ao passado não como exemplo, mas como lição que para ser compreendida, precisa ser criticamente examinada” porque “ao se examinar práticas estatais não se tem por horizonte uma ação reformista, mas sim a busca de pistas concretas para instalar no presente uma nova qualidade de ação que, ao ter como perspectiva o futuro, nem reproduza erros passados nem se circunscreva ao imediato” (SPOSATI, 1988, p. 15).

Por conseguinte, verifica-se que fica subjacente a questão do vínculo entre direitos de cidadania e desenvolvimento humano na medida em que o alcance do desenvolvimento humano passa necessariamente pela via do acesso aos direitos de cidadania.

A formação continuada da equipe interdisciplinar e a busca do desenvolvimento humano

Diante do que foi exposto sobre desenvolvimento humano e levando em consideração a complexidade e as particularidades dos diversos contextos, além do fato de que todos eles influenciam diretamente a pessoa desenvolve, como não falar em formação continuada daqueles profissionais que são chamados a intervir nesses contextos? Como desconsiderar que a realidade da formação continuada à equipe interdisciplinar é de fundamental importância? Como acreditar que basta uma única especialidade, uma única formação profissional para dar conta de estudos sobre o desenvolvimento?

Falar em estudos sobre o desenvolvimento e especialmente do desenvolvimento “humano” é sinônimo de falar sobre “equipe interdisciplinar”, sobre “formação continuada”. São três faces de um triângulo, cujos lados dependem uns dos outros para dar forma a figura geométrica. Essas faces são proporcionalmente iguais em tamanho e importância, sem um deles a figura deixa de ser denominada como triângulo. E no centro desse triângulo encontra-se a pessoa humana.

Segundo Chamon (2011) “o que faz uma pessoa tornar-se humana é a relação que estabelece com outro igual”. A pessoa humana é considerada como ser social, aberto, inacabado e suscetível à interferência do meio e das interações estabelecidas com outros homens (CASTRO, 2011), Além disso, os avanços científicos e tecnológicos que incorporam diversos saberes profissionais contribuem para universalizar o princípio de atenção integral a que toda pessoa em desenvolvimento tem direito, esteja ela em qualquer que seja o contexto.

Esta característica mutável da pessoa humana, além de ser consequência do meio social, é também dos condicionantes históricos oriundos de determinados modos de pensamento. Assim sendo, a formação continuada é capaz de ampliar o potencial que a equipe interdisciplinar já possuía na direção da compreensão e da explicação de todas estas realidades que podem interferir no desenvolvimento humano.

A formação continuada promove a articulação de saberes que possibilita que o real, que o cotidiano da pessoa desenvolve possa ser situado e compreendido dentro dos diversos contextos. E ainda reforça as ferramentas analíticas que a equipe interdisciplinar dispõe para que consiga relacionar mais e melhor as singularidades do agir profissional interdisciplinar à universalidade do contexto sócio, econômico, político

e cultural em que se está inserido e que determina aquela realidade singular da pessoa humana que se encontra em desenvolvimento.

É mister considerar a importância da universalidade das ações direcionadas à busca do desenvolvimento humano, da mesma forma como é preciso igualmente reconhecer os limites fronteiriços da territorialidade de cada intervenção dos profissionais que compõem a equipe interdisciplinar. É justamente essa compreensão que permite focar o desenvolvimento humano enquanto um complexo emaranhado e historicamente definido pela interdependência de muitas variáveis que se movimentam dentro dos diversos contextos em que a pessoa se situa.

Como são distintos os contextos nos quais a pessoa em desenvolvimento pode se encontrar, aliado a importância das inter-relações estabelecidas nestes ambientes, uma formação continuada voltada para a compreensão destes aspectos deve proporcionar que a equipe interdisciplinar receba aporte teórico-metodológico, permitindo a contextualização de sua intervenção seja ela voltada para a dimensão teórica ou prática.

Quando se situa somente um destes ambientes, já se percebe a importância e grande necessidade da formação continuada dos diversos profissionais que atuam naquele espaço.

Pensar em formação continuada no ambiente societário, por exemplo, significa propiciar subsídios à equipe interdisciplinar, que muitas vezes se encontra envolvida com a operacionalização das Políticas Públicas, acerca de todas as realidades que envolvem este contexto, o que certamente contribuirá para a efetivação de uma diversidade de estratégias que possam levar a busca pelo desenvolvimento como um valor a ser perseguido e conquistado.

É importante focar uma formação continuada que esteja voltada para a compreensão de que no Brasil, o desenvolvimento econômico e o social caminham e ainda caminham em ritmo bastante desigual, aliás, esta particularidade não diz respeito somente à sociedade brasileira, mas de modo geral a todas as sociedades sob o regime do capitalismo. Tais imbricamentos, precisam também ser considerados ao se pensar na implantação e implementação de espaços para a formação continuada à equipe interdisciplinar que atua no âmbito das Políticas Públicas.

Esse mesmo processo reflexivo realizado a título ilustrativo com o contexto societário, precisa ser realizado continuamente quando se pensa nos diversos outros contextos como família, educação, trabalho enfim. A dialética que faz movimentar o desenvolvimento humano nestes contextos e a complexidade de cada um deles justifica

pensar continuamente na importância da formação continuada dos profissionais que intervêm nestas realidades.

Portanto, é relevante considerar que a formação continuada tem como direção não o aperfeiçoamento da dimensão epistêmica apenas, mas também do desenvolvimento humano e das relações sociais. A esta compreensão acrescenta-se o reconhecimento de que enquanto processo, cujas raízes encontram-se na certeza de que a criatura humana possui como característica a inconclusão, a formação continuada apresenta-se como “um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade” (FREIRE, 1994, p. 42).

Ademais, a intensificação do debate teórico acerca desta questão significa caminhar ao encontro dos desafios que a “atualização e aprofundamento de conhecimentos [exigem do profissional] como requisito natural do trabalho em face do avanço nos conhecimentos, as mudanças no campo das tecnologias, os rearranjos nos processos produtivos e suas repercussões sociais” (GATTI e BARRETTO, 2009, p. 200).

Considerações finais

Os resultados do estudo demonstram que, primeiro – como os profissionais de uma equipe interdisciplinar estão envolvidos com as mais diversas realidades que intervêm no alcance do desenvolvimento humano, necessitam de uma formação continuada que lhes possibilite agregação de novos saberes à atuação realizada; segundo – se faz premente a necessidade de respaldar a atuação profissional desta equipe com a formação continuada, fornecendo-lhe inclusive novas direções sempre que necessário; e terceiro – verificou-se que a formação continuada representa uma poderosa aliada à equipe interdisciplinar, independente de seu nível de ação se pautar no plano da reflexão, da prática do ensino, da pesquisa ou da intervenção social.

Verifica-se, portanto o quão importante é a presença da formação continuada no contexto de trabalho da equipe interdisciplinar envolvida com o desenvolvimento humano, uma vez que são seus conhecimentos adquiridos e continuamente reciclados que irão direcionar os caminhos pelos quais suas respectivas ações irão trilhar na superação da característica de fragmentação e pulverização que suas práticas podem eventualmente assumir.

REFERÊNCIAS:

AMPARO et al. A escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco. **Revista ABRAPÉE**, v. 12, n. 1, p. 69-88, jan./jun. 2008.

BALCÃO, N.F. **Aulas ministradas**. Disciplina: Políticas sociais nos espaços organizacionais (Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) Universidade de Taubaté/SP, 2011.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão, In: WANDERLEY, M. B.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997, p. 14-48.

CASTRO, M. A. C. D. de. **Aulas ministradas**. Disciplina: Fundamentos de Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Processos de Formação (Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) Universidade de Taubaté/SP, 2011.

CHAMON, E. M. Q. de O. **Aulas ministradas**. Disciplina: Fundamentos de Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Processos de Formação (Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) Universidade de Taubaté/SP, 2011.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Representação da UNESCO no Brasil. Brasília: [s.n.], 1998. (Resolução 217 A III da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948). Disponível em: <<http://unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

DESSEN, M. A.; POLÔNIA, A. C. A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Revista Paideia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

FERREIRA, A. L. ; ACIOLY-RÉGNIER, N. M. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. **Revista Educar**, Curitiba, v. 36, n. 36, p. 21-38, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GATTI, B. A. (Coord.); BARRETO, E.S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Unesco, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEÃO, M. A. B. G. **Aulas ministradas**. Disciplina: Fundamentos de Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Processos de Formação (Programa de Mestrado Acadêmico e Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais) Universidade de Taubaté/SP, 2011.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Tradução por Meton Porto Gadelha . Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 57-114.

PEREIRA, O. **O que é Teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. 2003. 108 f. Trabalho Científico (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) Universidade Católica de Brasília, mar. 2003.

TELLES, V.S. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno, In: **Pobreza e Cidadania**, São Paulo, USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Ed. 34, 2001, p. 13-56.

SPOSATI, A. de O. Assistência social e o combate à pobreza. In: _____. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988, p. 9-57